



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**PARECER PRÉVIO Nº 09/2014 — TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE nº 3478/2003 (8 vols.)**

**Apensos:** Processos nº 287/2012, 4730/2008, 2156/2007, 2933/2006, 1632/2005, 637/2004 e 10762/2004 (17 vols).

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Coari.

**4- Exercício:** 2002.

**5- Responsáveis:** Sr. Manoel Adail Amaral Pinheiro, Prefeito Municipal de Coari.

**6- Unidade Técnica:** DICAMI-CI – Informação Conclusiva nº 134/2014 (fls. 1575/1580).

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 772/2014-MP-RCKS, do Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas (fls. 1582/1582v).

**8- Relatora:** Conselheira Convocada Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Coari. Exercício de 2002.

*Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das Contas Anuais.*

**9- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (Art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM e art. 3º, II, da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto da Excelentíssima Senhora Conselheira Convocada e Relatora, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em consonância**, com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

**EMITE PARECER PRÉVIO** recomendando a **DESAPROVAÇÃO** da Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Coari, exercício de 2002, de responsabilidade do Sr. Manoel Adail Amaral Pinheiro, Prefeito Municipal de Coari, nos termos do artigo 1º, I, e 29, da Lei nº 2423/96.

**10- Ata:** 8ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 12 de março de 2014.



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**PARECER PRÉVIO Nº 09/2014 — TCE – TRIBUNAL PLENO**

**Processo TCE/AM nº 3478/2003 (8 vols.)– fl. 02**

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Convocada).

**12.1- Registro de Impedimento:** Conselheiro Lúcio Alberto de Lima Albuquerque (Art. 65, R.I.)

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro-Presidente

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira Convocada e Relatora

**JULIO CABRAL**  
Conselheiro-Relator

**RAIMUNDO JOSÉ MICHILES**  
Conselheiro

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 09/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO  
(parte integrante do Parecer Prévio nº 09/2014)

**1- Processo TCE nº 3478/2003 (8 vols.)**

**Apensos:** Processos nº 287/2012, 4730/2008, 2156/2007, 2933/2006, 1632/2005, 637/2004 e 10762/2004 (17 vols).

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Coari.

**4- Exercício:** 2002.

**5- Responsáveis:** Sr. Manoel Adail Amaral Pinheiro, Prefeito Municipal de Coari.

**6- Unidade Técnica:** DICAMI-CI – Informação Conclusiva nº 134/2014 (fls. 1575/1580).

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 772/2014-MP-RCKS, do Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas (fls. 1582/1582v).

**8- Relatora:** Conselheira Convocada Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Coari. Exercício de 2002.

*Revelia. Contas irregulares. Multa aos Srs. Manoel Adail Amaral Pinheiro e Ossias Josino da Costa. Alcance. Cópias dos autos ao Ministério Público Estadual e Federal. Prazo para recolhimento. Autorizada cobrança executiva e inscrição na dívida ativa.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas nos art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, da Lei nº 2.423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira Convocada e Relatora, **em consonância**, com o representante do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**9.1- Determinar a Revelia** dos Srs. MANOEL ADAIL AMARAL PINHEIRO – Prefeito e Ordenador de Despesa do Município de Coari e OSSIAS JOSINO DA COSTA - ex Secretário Municipal de Administração e Ordenador de Despesa da Prefeitura Municipal de Coari, nos termos previstos no artigo 88 da Resolução 04/2002

**9.2- Julgar IRREGULARES as contas** dos ordenadores de despesas da Prefeitura Municipal de Coari Srs. Manoel Adail Amaral Pinheiro, Prefeito Municipal e Ossias Josino da Costa ex - Secretário Municipal de Finanças da Prefeitura Municipal de Coari, conforme art. 1º, II, IX, c/c art. 22, III, “b”, da lei nº 2423/96;

**9.3- Aplicar MULTAS** individualmente aos Srs .Manoel Adail Amaral Pinheiro, Prefeito Municipal e Ossias Josino da Costa, ex - Secretário Municipal de Finanças da Prefeitura Municipal de Coari, ambos ordenadores de despesa, no valor total de R\$ 43.841,28 (quarenta e três mil, oitocentos e quarenta e um reais e vinte e oito centavos), por prática de ato com grave infração legal, nos termos dos artigos 308, VI, da Res. 04/2002, c/c o art. 54, incisos I e II, da Lei nº 2423/96;

a) Atraso na remessa da Prestação de Contas a esta Corte de Contas, contrariando o artigo 9º, c/c parágrafo 1º do art. 20 da Lei Complementar nº 06/91;



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 09/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO  
(parte integrante do Parecer Prévio nº 09/2014)**

**Processo TCE/AM nº 3478/2003 (8 vols.)– fl. 02**

b) Atraso no encaminhamento dos balancetes mensais, via ACP, contrariando o parágrafo 1º art. 15 da LC nº 06/91, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 24/00 e resolução 07/2002-TCE;

c) Não encaminhamento da Prestação de Contas do IMPASC, (atual COARIPREV), exercício de 2002, em separada, contrariando o art. 2º, inciso I, parágrafo 1º, da LC 06/91;

d) Inexistência de registro de ato que instituiu o Conselho Municipal de Saúde, contrariando o art. 77, parágrafo 3º da ADCT da CF/88;

e) Liquidação de Despesas com Notas Fiscais vencidas, contrariando o art. 247, parágrafo 3º do Decreto 11.773/99;

f) Ausência de termos de recebimentos provisórios e/ou definitivos das obras, contrariando o artigo 73, inciso I, alíneas “a” e “b” da Lei 8.666/93;

g) Aplicação de 67,35% do total da receita corrente líquida em despesa com pessoal, contrariando o artigo 169 da CF/88;

h) Aplicação de 65% do total da receita líquida em despesas com pessoal (órgãos executivos), ultrapassando em 11% o estabelecido no art. 20, III, “b” da Lei Complementar nº 101/2000.

**9.4- Julgar em ALCANCE**, nos termos do artigo 304, incisos I, II e III da Resolução 04/2002, o **Sr. Manoel Adail Amaral Pinheiro, Prefeito Municipal de Coari**, nos seguintes valores:

a) R\$ 240.874,09 (duzentos e quarenta mil, oitocentos e setenta e quatro reais e nove centavos), em razão das divergências apuradas nos lançamentos contábeis das receitas e despesas do FUNDEF;

b) R\$ 19.850,00 (dezenove mil, oitocentos e cinquenta reais), referente às despesas comprovadas com documentos ineficazes (Notas Fiscais vencidas);

c) R\$ 1.267.550,32 (um milhão duzentos e sessenta e sete mil quinhentos e cinquenta reais e trinta e dois centavos), por ausência de comprovação das despesas do Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social de Coari – IMPASC.

**9.5- Remeter** cópias dos autos ao Ministério Público Estadual e Federal (art. 3º, da Res. 09/97), por terem sido apurados atos que configuram ilícitos contra a Administração Pública Municipal, previstos na Lei nº 8.429/92 e Dec. – Lei nº 201/67, para que possam ser propostas as ações penais e civis cabíveis;

**9.6- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias** para o recolhimento das **multas** aos cofres da **Fazenda Estadual**, com comprovação perante a este Tribunal, acrescido de atualização monetária e dos juros de mora devidos, nos termos do arts 72, III, da Lei nº 2.423/96 e art. 169, I, da Resolução nº 04/02, autorizando desde já a inscrição do débito na dívida ativa e a instauração da cobrança executiva em caso de não recolhimento do valor da condenação, ex vi do art. 173, do Regimento Interno deste tribunal de Contas;

**9.7- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias** para o recolhimento do valor de **glosa** imposta aos cofres da **Prefeitura Municipal de Coari**, com comprovação perante a este Tribunal, acrescido de atualização monetária e dos juros de mora devidos, nos termos do art. 72, III, da Lei nº 2.423/96 e art. 169, I, da Resolução nº 04/02, autorizando desde já a inscrição do débito na dívida ativa e a instauração da cobrança executiva em caso de não recolhimento do valor da condenação, ex vi do art. 173, do Regimento Interno deste tribunal de Contas;



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 09/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO  
(parte integrante do Parecer Prévio nº 09/2014)**

**Processo TCE/AM nº 3478/2003 (8 vols.)– fl. 03**

**9.8- Arquivar os seguintes Processos:**

a) Processos nºs. 637/2004 e 10672/2002 – Denúncias de Irregularidades – Julgado pelo arquivamento por perda de objeto considerando que a matéria faz parte do julgamento do processo 3478/2003 (Decisão 216/2010-Tribunal Pleno);

b) Processos nºs. 4730/2008, 1632/2005, 2933/2006 e 2156/2007- justiça do trabalho, irregularidades de admissão de servidores, considerando que o artigo 6º, II da Resolução 10/2009-TCE, determina que a Secretaria de Controle Externo competente encaminhará ao Serviço de Arquivo do Tribunal, os processos oriundos das Administrações Estadual e Municipais os processos que cuidam de Representações oriundas da Justiça do Trabalho, pertinentes a contratações de servidores públicos realizadas até 31.12.2005;

c) Processo 287/2012- Recurso de Reconsideração- Julgado Acórdão nº 570/2012-TCE -Tribunal Pleno.

**10- Ata:** 8ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 12 de março de 2014.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Convocada).

**12.1- Registro de Impedimento:** Conselheiro Lúcio Alberto de Lima Albuquerque (Art. 65, R.I.)

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro-Presidente

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira Convocada e Relatora

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral